

STJ00108607

Terence Trennepohl

Manual de
**DIREITO
AMBIENTAL**

7ª edição
2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53604-96-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Mania (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro

Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação e revisão Muiraquitã Editoração Gráfica
Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marti Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Trennepohl, Terence

Manual de direito ambiental / Terence Trennepohl. – 7. ed. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito ambiental – Brasil I. Título.

18-1521

CDU 34:502.7(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito ambiental 34.502.7(81)

Data de fechamento da edição: 11-12-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605376 CAE 630792

SUMÁRIO

Prefácio.....	19
Nota à 7ª edição.....	21
Nota à 1ª edição.....	23

CAPÍTULO I

A proteção do meio ambiente.....	25
1. A preocupação com a natureza.....	25
1.1. Introdução.....	25
1.2. O meio ambiente como bem difuso.....	27
2. As expectativas ambientais para o século XXI.....	28
3. Classificação didática do meio ambiente.....	30
3.1. Meio ambiente natural.....	30
3.2. Meio ambiente cultural.....	31
3.3. Meio ambiente artificial.....	33
3.4. Meio ambiente do trabalho.....	34
3.5. Patrimônio genético.....	36
3.6. Direito de Antena.....	38
Em resumo.....	39

CAPÍTULO II

Princípios do direito ambiental.....	41
1. Introdução.....	41
2. Princípio do direito humano fundamental.....	44
3. Princípios da prevenção e da precaução.....	45
4. Princípio do equilíbrio.....	48
5. Princípio da responsabilidade.....	50
6. Princípio do poluidor-pagador.....	52
7. Princípio do desenvolvimento sustentável.....	53

8. Princípio do limite	54
9. Princípio democrático.....	56
Em resumo	58

CAPÍTULO III

Competências ambientais.....	59
1. Introdução	59
2. Competências constitucionais.....	60
2.1. Fundamentos da ordem federal	60
2.2. Competências materiais (exclusivas e comuns) e competências legislativas (privativa, concorrente, suplementar e exclusiva)	61
2.3. Competências municipais	65
2.4. As diversas competências na Constituição Federal	66
2.5. A Lei Complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011	70
3. Quadro ilustrativo das competências constitucionais ambientais	71
Em resumo	74

CAPÍTULO IV

O artigo 225 da Constituição Federal.....	75
1. A importância do artigo 225.....	75
2. A leitura do artigo 225 da Constituição Federal	77
3. As partes que compõem o artigo 225	78
3.1. Regra-matriz – o <i>caput</i> do artigo.....	78
3.2. Os instrumentos de garantia – § 1º.....	80
3.3. As determinações particulares.– §§ 2º a 6º	82
4. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.....	84
4.1. Criação e estrutura.....	84
4.2. Finalidades	85
Em resumo	88

CAPÍTULO V

A Política Nacional do Meio Ambiente	89
1. O que é a Política Nacional do Meio Ambiente	89
2. Princípios do Programa Nacional do Meio Ambiente	90

3.	Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	91
3.1.	Objetivos gerais	91
3.2.	Objetivos específicos	91
4.	Quadro dos princípios da PNMA	92
5.	O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA	94
5.1.	Origem do SISNAMA	94
5.2.	Órgão superior	95
5.3.	Órgão consultivo e deliberativo	95
5.4.	Órgão central	97
5.5.	Órgãos executores	97
5.6.	Órgãos setoriais.....	98
5.7.	Órgãos seccionais	98
5.8.	Órgãos locais	98
6.	Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	98
6.1.	Padrões de qualidade ambiental.....	99
6.2.	Zoneamento ambiental.....	100
6.3.	Avaliação de impactos ambientais	101
6.4.	Licenciamento ambiental.....	102
6.5.	Incentivos à produção e instalação de equipamentos e à criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental	119
6.6.	Criação de espaços territoriais especialmente protegidos	120
6.7.	Sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.....	121
6.8.	Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental	122
6.9.	Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção de degradação ambiental	123
6.10.	Relatório de Qualidade do Meio Ambiente	123
6.11.	A garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente.....	124
6.12.	Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.....	125
7.	Roteiro resumido de elaboração do EIA/RIMA	125
7.1.	Estudo de Impacto Ambiental.....	125
7.2.	Relatório de Impacto do Meio Ambiente	128
	Em resumo.....	128

CAPÍTULO VI

Licenciamento ambiental.....	131
1. Considerações preliminares.....	131
1.1. O controle das atividades pelo Estado	131
1.2. O conceito de impacto	134
2. Abrangência do impacto x dominialidade	135
3. Conceito de licenças ambientais	140
4. Tipos de licenças ambientais	143
5. Definição de competências para licenciar	144
6. Prazos para o licenciamento e sua validade.....	148
7. A anuência para o licenciamento.....	151
8. Prorrogação ou renovação das licenças	152
9. Os estudos ambientais para o licenciamento	154
10. Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA	155
11. Estudos ambientais simplificados ou específicos.....	160
12. Regularização ambiental de obras de infraestrutura.....	162
12.1. Portaria MMA 421/2011 – Linhas de transmissão de energia elétrica.....	163
12.2. Portaria MMA 422/2011 – Exploração e produção de petróleo e gás.....	164
12.3. Portaria Interministerial 288/2013 – Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS.....	165
12.4. Portaria MMA 289/2013 – Regularização ambiental de rodovias federais.....	165
12.5. Portaria Interministerial 425/2011 – Programa de Regularização de Portos	166
13. Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD	167
14. Análise de Risco e Programas de Monitoramento.....	167
15. Processo de licenciamento ambiental	168

CAPÍTULO VII

Responsabilidade e dano ambiental.....	170
1. Introdução.....	170
2. Dano ambiental – Conceito e previsão legal.....	173

3. Excludentes – Caso fortuito e força maior.....	175
4. Reparação e recuperação	177
5. Responsabilidade objetiva	178
5.1. Conceito	178
5.2. Relação de causalidade e dano	181
Em resumo	183

CAPÍTULO VIII

A Lei n. 9.605/98 – Lei dos Crimes Ambientais.....	184
1. Alguns aspectos iniciais quanto à Lei dos Crimes Ambientais	184
2. Responsabilidade administrativa, civil e penal.....	186
2.1. Disposições gerais.....	186
2.2. A responsabilidade da pessoa jurídica	190
2.3. Os fundos ambientais	195
2.3.1. Introdução.....	195
2.3.2. O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	195
2.3.3. O Fundo Nacional de Meio Ambiente	196
2.3.4. O Fundo Amazônia.....	196
2.4. A <i>disregard doctrine</i>	197
3. Aplicação da pena.....	198
4. Atenuantes, agravantes, causas de diminuição ou aumento da pena ...	200
5. Da apreensão do produto e do instrumento da infração	202
6. Dos crimes contra a fauna.....	202
6.1. Artigo 29 da Lei n. 9.605/98.....	203
6.2. Artigos 30 e 31 da Lei n. 9.605/98.....	203
6.3. Artigo 32 da Lei n. 9.605/98.....	204
6.4. Artigo 33 da Lei n. 9.605/98.....	204
6.5. Artigos 34 a 36 da Lei n. 9.605/98.....	204
6.6. Artigo 37 da Lei n. 9.605/98.....	205
7. Dos crimes contra a flora e as unidades de conservação	205
7.1. Artigos 38, 38-A e 39 da Lei n. 9.605/98	205
7.2. Artigo 40 da Lei n. 9.605/98.....	206
7.3. Artigos 41 a 48 da Lei n. 9.605/98.....	206
7.4. Artigos 49 a 53 da Lei n. 9.605/98.....	207

8.	Dos crimes de poluição e falta de licenciamento ambiental.....	207
8.1.	Artigo 54 da Lei n. 9.605/98	208
8.2.	Artigo 55 da Lei n. 9.605/98	208
8.3.	Artigo 56 da Lei n. 9.605/98	208
8.4.	Artigo 60 e 61 da Lei n. 9.605/98	209
9.	Dos crimes contra o ordenamento territorial e o patrimônio cultural ..	209
10.	Dos crimes contra a administração ambiental.....	210
11.	Competência para julgar os crimes ambientais	211
12.	A ação e o processo penal	213
13.	O decreto n. 6.514/08	214
14.	As infrações administrativas	216
14.1.	Infração administrativa	218
14.2.	Competência para a lavratura do Auto de Infração	219
14.3.	Sanções aplicáveis às infrações administrativas	220
14.3.1.	Advertência	221
14.3.2.	Multas	221
14.3.3.	Conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente	222
14.3.4.	Destruição ou inutilização do produto.....	223
14.3.5.	Suspensão	223
14.3.6.	Embargo de obra ou atividade	223
14.3.7.	Demolição de obra	224
14.3.8.	Restrição de direitos	224
14.3.9.	Destinação de bens e animais apreendidos.....	224
14.4.	Independência entre as sanções	225
14.5.	Responsabilidade administrativa	226
15.	A cooperação internacional e a Medida Provisória n. 2.163/01.....	227
16.	Queima de cana-de-açúcar	228
	Em resumo.....	229

CAPÍTULO IX

A Lei n. 9.433/97 – Política Nacional de Recursos Hídricos	232
1. Fundamentos e Objetivos.....	232
2. Diretrizes.....	235

3. Instrumentos.....	236
4. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....	238
4.1. Objetivos.....	238
4.2. Composição.....	239
5. Conclusões.....	239
Em resumo.....	239

CAPÍTULO X

A Lei n. 11.284/06 – Gestão de Florestas Públicas.....	241
1. Princípios.....	241
2. Definições legais.....	242
3. Responsabilidade pelo controle e fiscalização ambiental.....	243
4. O Serviço Florestal Brasileiro.....	243
4.1. Competência.....	243
4.2. Estrutura.....	244
Em resumo.....	244

CAPÍTULO XI

O Ministério Público e o Poder Judiciário na proteção do meio ambiente ...	245
1. O Ministério Público na defesa do meio ambiente.....	245
1.1. As atribuições constitucionais.....	245
1.2. Atuação extrajudicial.....	247
1.3. Atuação judicial.....	248
2. A participação do Ministério Público e do Poder Judiciário na defesa do meio ambiente e o posicionamento dos Tribunais.....	252
3. Nova Súmula 613 do Superior Tribunal de Justiça.....	254
Em resumo.....	255

CAPÍTULO XII

Direito urbanístico.....	256
1. Introdução.....	256
2. Constituição Federal e Política Urbana.....	257
3. Estatuto da Cidade – Lei n. 10.257/01.....	259
3.1. Diretrizes.....	259

3.2. Instrumentos	262
4. Algumas figuras jurídicas do Estatuto da Cidade	263
4.1. Comentários iniciais	263
4.2. Parcelamento, edificação e utilização compulsórios	264
4.3. IPTU progressivo	264
4.4. Desapropriação	264
4.5. Usucapião especial de imóvel urbano	265
4.6. Concessão de uso especial para fins de moradia	265
4.7. Direito de superfície	265
4.8. Direito de preempção	266
4.9. Outorga onerosa do direito de construir	266
4.10. Operações urbanas consorciadas	266
4.11. Transferência do direito de construir	267
4.12. Estudo de impacto de vizinhança	267
4.13. Plano diretor	267
Em resumo	268

CAPÍTULO XIII

Código Florestal – Lei n. 12.651/12	269
1. Introdução	269
2. Área de preservação permanente	278
3. Reserva Legal	280
3.1. Considerações iniciais	280
3.2. Obrigatoriedade de averbação da área de reserva legal	282
4. Supressão de vegetação	283
5. Sanções penais	286
6. Resolução CONAMA n. 302/02	287
Em resumo	288

CAPÍTULO XIV

Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei n. 9.985/00 e Decreto n. 4.340/02)	289
1. Introdução	289
2. Unidades de proteção integral (UPI)	291
3. Unidades de uso sustentável (UUS)	292

4. A reserva da biosfera.....	295
5. Da criação, gestão e implantação das unidades de conservação (Lei n. 9.985/00 e decreto n. 4.340/02).....	296
6. A compensação ambiental e a ADI 3.378 – o julgamento do Supremo Tribunal Federal.....	298
Em resumo.....	302

CAPÍTULO XV

Patrimônio genético e Organismo Geneticamente Modificado – OGM (Lei n. 11.105/05 e Decreto n. 4.680/03).....	304
1. Introdução.....	304
2. Biossegurança.....	305
2.1. Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS).....	305
2.2. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).....	305
2.3. Comissão Interna de Biossegurança (CIBio).....	307
3. Sanções penais.....	307
4. Decreto n. 4.680/03 e rotulagem.....	307
5. ADI 3.510/DF.....	308
Em resumo.....	310

CAPÍTULO XVI

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.....	311
1. Atribuições.....	311
2. Atividade supletiva do IBAMA.....	312
3. Divisão de receitas.....	312
4. O SNUC e o Instituto Chico Mendes.....	313
Em resumo.....	314

CAPÍTULO XVII

Mudanças Climáticas.....	315
1. Introdução.....	315
2. O Fundo Nacional sobre Mudança do clima (FNMC).....	316
3. A política nacional sobre Mudança do clima (PNMC).....	318
Em resumo.....	320

CAPÍTULO XVIII

Ação civil pública ambiental.....	321
1. Ação civil pública – ACP.....	321
1.1. Legitimados para a propositura da ACP.....	321
1.2. Inquérito civil	322
1.3. Foro competente	323
1.4. Litisconsórcio facultativo.....	323

CAPÍTULO XIX

Custo ambiental – Obrigações ambientais previstas em normas especiais....	325
1. Introdução	325
2. Identificação dos impactos ambientais	328
3. A Compensação Ambiental e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	335
3.1. Destinação dos recursos da Compensação Ambiental.....	343
3.2. Correção do valor da Compensação por meio da Taxa SELIC ..	346
4. Compensação pela supressão de Mata Atlântica	352
5. Compensação por danos a cavidades naturais subterrâneas.....	365
6. Reposição Florestal	375
7. A anuência do Município	380
8. Os órgãos intervenientes.....	384
9. Manifestação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.....	391
10. Manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural – IPHAN	396
11. Manifestação da Fundação Cultural Palmares – FCP.....	399
12. Manifestação do Ministério da Saúde	400
Bibliografia	403